

Uma reforma fiscal de emergência

por Claudia Safatle
de Brasília

Para este ano, o novo comando da política econômica, que toma posse nesta segunda-feira, não pretende negociar uma reforma fiscal estrutural. Vai dedicar-se apenas à aprovação de algumas providências — a criação de um ou dois impostos — para fazer a travessia das contas públicas em 1993. Somente com a discussão da revisão constitucional é que o ministro da Economia, Fazenda e Administração, Gustavo Krause, prevê a possibilidade de uma discussão mais profunda, envolvendo a própria concepção do federalismo no País.

Por enquanto, as idéias ainda estão desalinhavadas.

Toda a questão tributária e fiscal será debatida com o Congresso Nacional e "o excesso de idéias próprias pode ser obstáculo ao caminho do consenso", como ponderou Krause. Mas tanto ele quanto o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, consideraram a criação do imposto sobre transações financeiras como uma alternativa boa, desde que temporária.

Ex-secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, ex-vereador e hoje deputado federal, mas exercendo a função de secretário de Fazenda do estado pela segunda vez, Krause é um "apaixonado pelo poder local", e defende a consolidação da federação através do fortalecimento dos estados e municípios. Krause

se empolga com esse tema. "A reforma fiscal é uma coisa que mexe no conceito básico da estrutura institucional do País, que é o federalismo. Temos que exercer o federalismo político. No Brasil o federalismo não foi uma construção sociológica como nos Estados Unidos, foi apenas jurídico-formal."

Uma excessiva simplificação da estrutura tributária — coisas do tipo imposto único — "me assusta". A implementação do imposto sobre valor agregado, o IVA, "que mexe na federação, deve ser deixada para mais adiante".

Como uma reforma fiscal está ligada à reconstrução do Estado, o novo ministro, que toma posse nesta segunda-feira, tem suas posições a res-

peito do papel do Estado. "Há um dilema acessório nessa discussão, entre o Estado mínimo e o Estado máximo. No Brasil, o estado é mínimo, às vezes nenhum para muitos, e máximo para poucos."

Ciente de que sua indicação para o Ministério da Economia poderia gerar resistências do empresariado paulista — ele próprio ponderou isso, ao presidente Itamar Franco, quando o convidou na madrugada da sexta-feira última —, Krause acha que uma eventual polêmica do Norte-Nordeste com o Centro-Sul refere-se a uma questão que ficou no campo do preconceito e da "paranóia colonialista" e acredita que "só se pode pensar neste País de forma integrada".